

# BANCÁRIOS NA LUTA

Ano III | 29 de Outubro de 2019 | Nº 84

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

## Reforma da Previdência é aprovada!

Reforma de Guedes e Bolsonaro praticamente acaba com o direito à aposentadoria no Brasil

No dia 22, por 60 votos a 19, o Senado Federal aprovou em segundo turno a reforma da Previdência. Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o texto aprovado é perverso para a imensa maioria da população brasileira, que deverá trabalhar até morrer, sem se aposentar.

Pelo texto aprovado os homens se aposentarão apenas a partir dos 65 anos e as mulheres, a partir dos 62 anos. As mulheres terão 15 anos mínimos de contribuição e os homens que já con-

tribuem para o INSS também terão 15 anos de contribuição, mas os que ainda não entraram no mercado de trabalho terão de contribuir por pelo menos 20 anos para conquistar a aposentadoria.

Hoje, o Brasil tem cerca de 13 milhões de desempregados. Muitos que possuem ocupação estão em situação precária, trabalhando na informalidade ou de forma terceirizada. Como essas pessoas irão se aposentar com as novas regras propostas pelo governo Bolsonaro?

Segundo um estudo realizado pela Unicamp, com a aprovação da reforma da Previdência cerca de 4 milhões de pessoas serão empurradas para a pobreza, em um país com 55 milhões de pobres.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a aprovação da reforma faz “justiça social aos mais pobres”. A pergunta que fica é: em qual realidade ele vive?

A desigualdade social é especialmente cruel no Brasil, onde 10% dos trabalhadores mais humildes detêm apenas

 **22/10/2019**

**APOSENTADORIA DO  
TRABALHADOR BRASILEIRO**

0,8% da massa de rendimento mensal real do trabalho, estimada em R\$ 201 bilhões em

2018, enquanto os 10% mais ricos concentram cerca de 43% desse montante.

## Veja as regras de transição

### • Sistema de pontuação

Numa extensão da regra 86/96, a regra de acesso é a soma do tempo de contribuição e da idade. Homens com pelo menos 35 anos de contribuição e mulheres com pelo menos 30 anos de contribuição poderão se aposentar, respectivamente, a partir dos 61 anos e 56 anos em 2019, por terem conquistado 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens).

A pontuação mínima sobe para 87/97 em 2020, 88/98 em 2021 e um ponto para homens e mulheres a cada ano até atingir 105 pontos para os homens em 2028 e 100 pontos para as mulheres em 2033.

### • Redução da idade mínima

Favorece quem contribuiu por muitos anos, mas ainda não alcançou a idade mínima. Homens com pelo menos 35 anos de contribuição e mulhe-

res com pelo menos 30 anos de contribuição poderão aposentar-se aos 61 anos (homens) e 56 anos (mulheres) em 2019. A idade mínima sobe seis meses a cada ano até atingir 62 anos (mulheres) em 2031 e 65 anos (homens) em 2027.

### • Redução do tempo de contribuição

Favorece trabalhadores idosos que contribuíram pouco. Homens com 65 anos e mulheres com 60 anos em 2019 precisam contribuir apenas 15 anos para terem direito à aposentadoria. Em 2020, a idade mínima para homens continua em 65 anos. Para mulheres, sobe seis meses por ano até alcançar 62 anos em 2023.

O tempo mínimo de contribuição para as mulheres está em 15 anos em todas as circunstâncias. No entanto, os 15 anos mínimos de con-

tribuição para homens só valem para quem se aposentar por essa regra. Os demais segurados terão de contribuir por pelo menos 20 anos. O homem que se aposentar com 15 anos de contribuição receberá o mesmo que quem se aposentar com 16 a 20 anos de contribuição. A aposentadoria só aumentará para quem tiver contribuído 21 anos ou mais.

### • Pedágio de 50%

Quem está a dois anos de cumprir o tempo de contribuição mínimo para aposentadoria pelas regras atuais – 30 anos (mulher) e 35 (homem) – poderá optar pela aposentadoria sem idade mínima se cumprir pedágio de 50% sobre o tempo restante. O valor do benefício será calculado por meio da aplicação do fator previdenciário, que deixará de ser aplicado para os demais beneficiários.

## E pode piorar...

PROTESTOS CONTRA O VALOR DAS APOSENTADORIAS, CUSTO DE VIDA E SERVIÇOS PÚBLICOS...



Mal foi aprovada a reforma da Previdência e o governo Bolsonaro já quer retomar o debate da previdência por capitalização. Uma nota da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho fala sobre “a conveniência de retomar o debate da criação de um sistema de capitalização no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sob a orientação do Ministério da Economia”. Essa proposta só irá adiante se houver alteração na Constituição. O Chile foi o primeiro país da América do Sul a adotar o regime de capitalização. O resultado é que metade dos idosos do país não tem aposentadoria. Esse é um dos motivos dos protestos dos chilenos.

# CEF é condenada a pagar R\$ 150 mil de 7ª e 8ª horas

Para ministros do TST, 'analista' não é cargo de confiança

Em fevereiro de 2011, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça pleiteando que a Caixa Econômica Federal pagasse como horas extras (com acréscimo de 50%) as 7ª e 8ª horas que um "analista pleno" tinha trabalhado nos cinco anos anteriores.

Ele ingressou no banco em maio de 1999 como "técnico bancário", com jornada normal de seis horas. A partir de janeiro de 2002, quando se tornou "analista júnior", passou a trabalhar oito horas por dia. E exatamente dois anos depois tornou-se "analista pleno", também com jornada de oito horas.

Para o **Sindicato**, no entanto, as tarefas exercidas pelo bancário não exigiam fideducia

(confiança) especial. Além disso, o trabalhador nunca teve subordinados, nunca teve procuração para agir em nome do banco e sempre teve controle de horário. Assim, o trabalhador não se enquadrava na exceção à jornada de seis horas prevista no art. 224, § 2º, da CLT.

Só que o juízo de primeira instância e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgaram improcedentes os pedidos do **Sindicato**. Tanto a juíza da 4ª Vara do Trabalho de Bauru quanto os desembargadores do TRT-15 entenderam que as tarefas exercidas pelo bancário não eram meramente técnicas.

As decisões surpreenderam o **Sindicato**, que, por fim, recorreu ao Tribunal Superior

do Trabalho (TST).

E, felizmente, os ministros da Terceira Turma do TST, por unanimidade, tiveram um entendimento contrário ao das instâncias inferiores.

Segundo Mauricio Godinho Delgado, ministro relator do acórdão no TST, tarefas como "o desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos, a realização de pesquisa no mercado e análise e emissão de pareceres técnicos, por si só, não se revestem de fideducia especial, pois retratam apenas a execução de atividades técnicas sem relevância extraordinária na estrutura organizacional do banco".

Assim, a Caixa foi condenada a pagar R\$ 150 mil ao empregado.

## Governo privatiza Lotex

Depois de vários adiamentos e de várias tentativas frustradas, o governo federal vendeu a preço de banana a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), mais conhecida como "raspadinha". A Lotex era operada pela Caixa Econômica Federal, mas foi extinta por decreto presidencial em novembro de 2016.

Realizado na manhã do dia 22, o leilão teve apenas um consórcio participante, o Estrela Instantânea – formado pelas empresas IGT (norte-americana) e SGI (italiana) –, que ofereceu o valor mínimo de R\$ 96,969 milhões para a parcela inicial.

Além da inicial, haverá mais sete parcelas anuais de R\$ 103 milhões, que serão corrigidas pelo IPCA. Portanto, o valor total da outorga a ser paga à União nos próximos anos deverá de R\$ 818

milhões, considerando a inflação projetada.

A concessão prevê que 65% do faturamento anual da Lotex vá para o apostador que vencer a "raspadinha", ou outro produto que as empresas vierem a ter no Brasil. A remuneração das empresas virá de 18,3% do faturamento, e 16,7% irão para os cofres públicos.

Estima-se que em 15 anos,

o governo receba R\$ 23 bilhões, sendo que 90% disso deve ser direcionado à segurança e 10% a atividades esportivas e culturais.

Esse valor é bem inferior ao repassado pelas loterias entre 2011 e 2016, quando R\$ 27 bilhões foram destinados para cultura, esporte, bolsas de estudo e segurança pública. Fica a pergunta: a quem interessa privatizar?



## BALANCETE DO SINDICATO JULHO DE 2019

<b>SALDOS EM 30.06.2019</b>	
Caixa (Ativo Disponível)	1.723,51
Bancos (Ativo Disponível)	229.083,35
Bancos (Ativo Realizável)	1.236.962,64
<b>TOTAL</b>	<b>1.467.769,50</b>
<b>RECEITAS</b>	
Mensalidade Sindical	105.216,55
Depto. Jurídico	138.693,51
Aluguel Quadra	949,00
Rendimentos Aplicações Financeiras	3.642,88
Taxa Negocial/Acordo Coletivo	2.400,39
Arrecadação SindBar	1.547,80
<b>TOTAL</b>	<b>252.450,13</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>	
Folha de Pagamento + Vale-Refeição + Férias	26.535,75
INSS/JUN	6.215,04
FGTS/JUN	1.885,61
PIS/Folha Pagamento (JUN)	235,71
IRRF/Trabalho Assalariado a recolher	194,25
Ajuda de custo Representante de Base da CEF/Marcos Assis	1.951,95
Ajuda de custo Diretora do Votorantim/Priscila Rodrigues	11.000,00
Salário Michele M. Alcântara	4.898,29
Água e Esgoto (DAE)	567,27
Água Mineral	180,00
CPFL	612,13
Combustíveis	1.457,67
Conservação/Manutenção/Locação Equipamentos	3.390,00
Conservação/Manutenção Veículos	1.120,00
Viagens/Pedágios/Fretamentos	11.948,00
Despesas Postais/Correio	806,65
Refeições (Padaria/Mercado)	232,60
Telefone	2.941,76
Vale Transporte	245,08
Assessoria Fiscal/Contábil	2.643,77
Materiais p/ Escritório	1.179,10
Materiais de Limpeza	267,80
Seguros Veículos/Sede	413,47
Despesas Bancárias/Impostos/Taxas	374,07
Unimed	2.894,38
Conservação/Manutenção Hardware/Software/Internet	2.872,48
Estacionamento F4000/Outros	202,00
Prest. de serviço alarme/monitoramento	97,21
ISS/JUN	460,92
SubSede Avaré	1.521,19
SubSede Piraju	1.638,90
AABB/mensalidade	5.000,00
Conservação/Manutenção Sede	782,00
Conlutas/mensalidade	4.050,00
SindBar (Banda + Recreação + Bebidas)	4.052,69
Artigos p/ Cozinha	367,63
Devolução Imposto Sindical/16 - Itaú S.A.	757,00
Confecção Camisetas Time Futsal/Sindicato	400,00
Gráfica Maio/Cartilhas "Reforma da Previdência" (1/2)	3.180,10
Reforma Sede	35.533,92
<b>SUBTOTAL</b>	<b>145.106,39</b>
<b>DEPARTAMENTO JURÍDICO</b>	
Honorários Advocáticos/JUN + 13º (Cláusula Contratual)	48.044,12
LBS Advogados + Advogado Proc. Previ/JUN	14.533,63
Perito Judicial	1.250,00
Custas Processuais	586,27
AASP	63,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>64.477,02</b>
<b>DEPARTAMENTO DE IMPRENSA</b>	
Impressões Jornal da Entidade	2.804,00
Charges p/ o Jornal da Entidade/MAI	120,00
JC / Contrato de Centimetrage (1/10)	612,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.536,00</b>
<b>DEPARTAMENTO CULTURAL</b>	
Curso de Formação	900,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>900,00</b>
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>214.019,41</b>
<b>SALDOS EM 31/07/2019</b>	
Caixa (ativo disponível)	2.160,42
Bancos (ativo disponível)	99.154,17
Bancos(ativo realizável)	1.404.885,63
<b>TOTAL</b>	<b>1.506.200,22</b>

# ANS recomenda que Cassi apresente 'programa de saneamento' das contas

Relatório da ANS é desculpa para alterar Estatuto da Cassi e economizar com saúde dos bancários

Representado pelo diretor Paulo Tonon, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** participou no dia 21, em Brasília (DF), de uma reunião para tratar da Cassi – a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O objetivo da reunião, que aconteceu na sede da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), foi tornar a aglutinar forças contra mais uma proposta do BB para alteração do Estatuto da Cassi.

Como se sabe, a Cassi passou por um período de 90 dias sob escrutínio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Dênis Corrêa, presidente da Cassi, explicou a situação aos associados numa mensagem publicada no site da instituição no dia 23:

*“Após 90 dias de auditoria contábil financeira in loco na Caixa de Assistência, a ANS finalizou nesta quarta, dia 23, a primeira etapa do processo de*



*direção fiscal. Neste período foram analisados balancetes e atas de reuniões, verificadas as provisões e realizada a circularização de dívidas junto aos prestadores. Um estudo detalhado dos 12 últimos meses, levando em conta o início da direção fiscal em 22 de julho de 2019. Nesses três meses todas as contas da Cassi passaram por auditoria da ANS.”*

A ANS, então, apresentou um documento (a Instrução Diretiva nº 12 da ANS, que está disponível no site da Cassi, na área exclusiva para associa-

dos) ratificando que a Cassi cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendou somente ajustes pontuais.

O documento também deu um prazo de 30 dias, a contar do dia 23, para que a Cassi apresente um “Programa de Saneamento” que contenha “ações e metas para a reversão de todos indicadores que estão em desconformidade”.

Assim, já no dia 25 a Cassi encaminhou ao BB proposta de uma nova consulta ao seu

Arte: Oposição Bancária Pará (adaptado)

A diretoria neoliberal de Guedes/Bolsonaro está de olho no Estatuto da Cassi

Presidente do BB: privatização do banco será inevitável no futuro



por considerá-la um empecilho à sua PRIVATIZAÇÃO

Isso explica porque o banco ignora a nossa proposta\* que soluciona o déficit sem:

- CEDER VOTO DE MINERVA AO BB;
- ACABAR COM A SOLIDARIEDADE;
- AUMENTAR A COPARTICIPAÇÃO;
- MEXER NA PARIDADE 60/40;
- MEXER NO ESTATUTO.

Por isso não facilite o plano do governo e, para defender a Cassi, o BB, a saúde da sua família e o seu emprego, DIGA NÃO pela 3ª. vez à proposta do banco de mexer no Estatuto da Cassi!

\*Leia a nossa proposta em [link.medium.com/JuBzmfTHG0](http://link.medium.com/JuBzmfTHG0)

corpo social. O **Sindicato** lembra que os associados rejeitaram as duas propostas anteriores, e a nova proposta é praticamente a mesma de antes: financeiramente, garante a sobrevivência da Cassi até 2022 – o que é muito pouco

se levarmos em consideração que, junto do aporte, vêm junto alterações estatutárias que desobrigam o banco de aportes futuros.

Sendo essa mesmo a proposta, o **Sindicato** segue defendendo o voto “NÃO”.

## Sindicato se reúne com Febraban e Santander

No dia 23, diretores do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, acompanhados do advogado Sérgio Ribeiro, estiveram em São Paulo para participar de uma reunião com a Febraban e com representantes do Santander. A reunião ocorreu na sede da federação dos bancos.

O encontro foi uma tentativa de aproximação entre as três partes, já que o distanciamento para negociações levou o **Sindicato** a ajuizar uma série de ações coletivas que, segundo os representantes dos bancos, poderiam ser “evitadas”.

### Santander

O aumento do número de demissões em Bauru e região, a denúncia ao Ministério Público do Trabalho sobre irregularidades na “Ação Universitária”, a cobrança de metas por WhatsApp em celulares particulares, a ação coletiva cobrando multa pelo atraso no pagamento da PLR – tudo isso foi abordado na reunião com os representantes do Santander.

O **Sindicato** também cobrou um novo estudo por parte do banco sobre a retirada dos caixas humanos das agências e a sobrecarga de

trabalho que isso está causando nas agências onde eles ainda existem. Pelo número de assuntos discutidos, o banco marcará nos próximos dias uma nova reunião com respostas sobre os temas.

### Febraban

A Febraban disse que tem as portas abertas para tratar qualquer demanda, inclusive de bancos públicos. Disse também que dará um retorno sobre a frequência livre da diretora Fernanda Ortiz (do Bradesco), que ainda não foi liberada conforme decisão de assembleia.



Na foto, representantes da Febraban e do Santander (à esq.) durante a reunião com quatro diretores e um advogado do Sindicato: Michele Montilha, Priscila Rodrigues, Sérgio Ribeiro, Paulo Tonon e Alexandre Morales

# Com psicóloga, Sindicato promove debate sobre depressão e adoecimento

Exibição do curta “Solidão - A morte de Ivan Ilitch”, de um bancário da Caixa, embasou a discussão



Na noite do último dia 17, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** exibiu o curta-metragem “Solidão – A morte de Ivan Ilitch”. O curta se baseia na clássica novela de Leon Tolstói para contar a história de um funcionário público que levava uma vida confortável até começar a sentir dores cujas causas nenhum médico soube identificar.

Após a exibição do curta, houve um bate-papo sobre depressão e adoecimento com a psicóloga Alessandra Salina Brandão, do Instituto de Análise do Comportamento de Bauru (IACB), que deu orientações sobre como identificar os esgotamentos mental e físico.

O curta foi produzido e estrelado por Ed José, bancário da CEF, e por Fernando Giroto. A exibição do curta reforça o apoio do **Sindicato** em divulgar manifestações artísticas dos bancários.

Francine Busch, diretora do **Sindicato** e integrante do Centro de Valorização da Vida (CVV), explicou a função do Centro e a importância de dar apoio emocional aos colegas de trabalho.

## Gastos com cartões corporativos da Presidência são os maiores dos últimos anos

Chuva de dinheiro! Os gastos com os cartões corporativos da presidência são os maiores desde 2014.

Entre fevereiro e setembro deste ano, a Secretaria de Administração do Palácio do Planalto, responsável pelas despesas para Bolsonaro, desembolsou R\$ 4,6 milhões com seus cartões.

O valor é 24% maior do que os R\$ 3,7 milhões consumidos no mesmo período do ano passado; 55% a mais do que os R\$ 2,9 milhões de 2017; 62% acima dos R\$ 2,8 milhões de 2016 e 26% superior aos R\$ 3,6 milhões de 2015. As compras são mantidas em sigilo.



## Assembleia hoje, dia 29, discute encontro da FNOB e eleição da AEBA

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realiza hoje, dia 29, a partir das 17h30, assembleia para discutir dois pontos: o encontro da Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB) e a eleição da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA).

Sobre o encontro da FNOB, que será realizado nos dias 15 e 16 de novembro no Pará, a assembleia votará um repasse financeiro para ajudar na infraestrutura do evento e também para custear passagens aéreas para representantes da oposição bancária de todo o País (os sindicatos do Maranhão e Rio



Recentemente, AEBA deu suporte à greve dos engenheiros do Banco da Amazônia

Grande do Norte também dividirão esses custos).

Já sobre a AEBA, a atual direção da entidade, que é próxima à FNOB, está tentando a reeleição. Pela sua combatividade, o **Sindicato** defende o apoio político e financeiro à Chapa 1 “Sempre em Frente”. Compareça!